

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Junho/2022



Concurso Público para o provimento de cargos de Analista Judiciário Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ciência ensina que o tempo é relativo e o espaço é finito.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

O exercício da crônica

Escrever prosa é uma arte ingrata. Eu digo prosa fiada, como faz um cronista; não a prosa de um romancista, na qual este é levado pelas personagens e situações que criou.

Alguns cronistas escrevem de maneira simples e direta, sem caprichar demais no estilo, mas enfeitando-o aqui e ali desses pequenos achados que são sua marca registrada. Outros, de modo lento e elaborado, que o leitor deixa para mais tarde como um convite ao sono. Outros ainda, e constituem a maioria, “tacam o peito” na máquina de escrever e cumprem o dever cotidiano da crônica como uma espécie de desespero, numa atitude de “ou vai ou racha”.

Há os eufóricos, cuja prosa procura sempre infundir vida e alegria em seus leitores; e há os tristes, que escrevem com o fito exclusivo de desanimar a gente não só quanto à vida, como quanto à condição humana e às razões de viver. Há também os modestos, que ocultam cuidadosamente a própria personalidade atrás do que dizem; em contrapartida, os vaidosos castigam no pronome da primeira pessoa e colocam-se como a personagem principal de todas as situações.

Como se diz que é preciso um pouco de tudo para fazer um mundo, todos esses “marginais da imprensa”, por assim dizer, têm o seu papel a cumprir. Uns afagam vaidades, outros as espicaçam; este é lido por puro deleite, aquele por puro vício. Mas uma coisa é certa: o público não dispensa a crônica, e o cronista afirma-se cada vez mais como o cafezinho quente logo pela manhã.

Coloque-se porém, ó leitor, ingrato leitor, no papel do cronista. Dias há em que, positivamente, a crônica “não baixa”. O cronista levanta-se, senta-se, levanta de novo, chega à janela, põe um disco na vitrola, dá um telefonema, relê crônicas passadas em busca de inspiração – e nada. Aí então, se ele é cronista de verdade, ele se pega pela gola e diz: “Vamos, escreve, ó mascarado! Escreve uma crônica sobre essa cadeira que está à sua frente, e que ela seja bem feita e divirta seus leitores!” E o negócio sai de qualquer maneira.

(Adaptado de: MORAES, Vinícius de. **Os sabiás da crônica. Antologia.** Org. Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 103-104)

1. Ao buscar caracterizar o trabalho específico de um cronista e sua repercussão junto ao público, Vinícius de Moraes
 - (A) compara a crônica com o romance, para concluir que neste, ao contrário daquela, a relação entre os fatos ou personagens tratados é mais aleatória ou casual.
 - (B) estabelece uma oposição entre o cronista de estilo simples e direto e aquele que conquista seu público por conta de uma linguagem mais pausada e mais trabalhada.
 - (C) opõe os cronistas tristes aos modestos, mostrando que os melancólicos se caracterizam pelo ocultamento dos traços principais de sua personalidade.
 - (D) considera que a leitura de crônicas, por mais variadas que sejam em sua forma e em seu espírito, já se incorporou aos hábitos cotidianos de seu público.
 - (E) conclui que a prática da crônica leva um escritor a ter facilidade em cultivar uma linguagem literária que ele desempenha de modo mecânico.

2. O autor da crônica, ao se valer da expressão
 - (A) “prosa fiada” (1º parágrafo), qualifica uma linguagem que constitui o desafio maior de um cronista que deseja se passar por um romancista.
 - (B) “tacam o peito” (2º parágrafo), refere-se ao modo como os cronistas se aproveitam de uma inspiração sublime para escrever.
 - (C) “ou vai ou racha” (2º parágrafo), alude à autodeterminação que um cronista deve ter em sua específica rotina de escritor.
 - (D) “marginais da imprensa” (4º parágrafo), alude a seus colegas de ofício que desvirtuam a dignidade do jornalismo.
 - (E) “não baixa” (5º parágrafo), considera o caso em que o tema encontrado pelo cronista lhe parece erudito demais para ser desenvolvido.

3. Ao afirmar que todos os cronistas têm o seu papel a cumprir (4º parágrafo), o autor se apoia no seguinte argumento:
 - (A) *ocultam cuidadosamente a própria personalidade* (3º parágrafo).
 - (B) *colocam-se como a personagem principal de todas as situações* (3º parágrafo).
 - (C) *os vaidosos castigam no pronome da primeira pessoa* (3º parágrafo).
 - (D) *é preciso um pouco de tudo para fazer um mundo* (4º parágrafo).
 - (E) *escrevem de maneira simples e direta* (2º parágrafo).

4. Considerando o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *pequenos achados que são sua marca registrada* (2º parágrafo) = detalhes criativos que fazem seu estilo.
 - (B) *infundir vida e alegria em seus leitores* (3º parágrafo) = dirimir a vitalidade e a euforia de seu público.
 - (C) *com o fito exclusivo de desanimar* (3º parágrafo) = no intento fortuito de desacreditar.
 - (D) *os vaidosos castigam no pronome da primeira pessoa* (3º parágrafo) = os orgulhosos se penitenciam pelo descuido pronominal.
 - (E) *Uns afagam vaidades, outros as espicaçam* (4º parágrafo) = uns propiciam futilidades, outros se ressentem de sua falta.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não cabem aos cronistas se deixarem levar, em sua prosa informal, pelos mesmos recursos que mobilizam um romancista.
 - (B) É com desafios diários de criatividade que um cronista se depara, para bem cumprir as funções que espera dele seu público cativo.
 - (C) As várias modalidades de crônica que ressaltam esse texto deve-se à preocupação do autor em tipificar a diversidade dos cronistas.
 - (D) Aos chamados “marginais da imprensa”, criativos cronistas de jornal, cumprem prestigiar a oralidade e a simplicidade da linguagem.
 - (E) Quando não ocorre aos cronistas quaisquer temas de alguma relevância, podem surgir-lhes como saída ficar falando da falta de assunto.
-
6. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) A crônica é um gênero literário em cuja diversidade o autor do texto busca bem caracterizar para os leitores.
 - (B) A elaboração por demais artificial da linguagem é um recurso do qual os leitores não costumam deixar-se atrair.
 - (C) Se um leitor se colocar no papel de um cronista, logo surgirão as dificuldades desafiadoras das quais se deparará.
 - (D) Ler crônicas é um desses hábitos pelos quais muitos se rendem, tal como ocorre com o do cafezinho pela manhã.
 - (E) Vinícius de Moraes trata aqui de um gênero literário com o qual se notabilizou, juntamente com a poesia e as canções.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Brincadeiras de criança

Entre as crianças daquele tempo, na hora de formar grupos pra brincar, alguém separava as sílabas enquanto ia rodando e apontando cada um com o dedo: “Lá em ci-ma do pi-a-no tem um co-po de ve-ne-no, quem be-beu mor-reu, o cul-pa-do não fui eu”. Piano? Qual? Veneno? Por quê? Morreu? Quem? Tratava-se de uma “parlenda”, como aprendi bem mais tarde, mas podem chamar de surrealismo, enigma, senha mágica, charada...*

*Mesmo as nossas cartilhas de alfabetização tinham seus mistérios: uma das lições iniciais era a frase “A macaca é má”, com a ilustração de uma macaquinha espantada e a exploração repetida das sílabas “ma” e “ca”. Ponto. Nenhuma história? Por que era má a macaquinha? Depois aprendi que “má macaca” é um parequema**. A gente vai ficando sabido e ignorando o essencial. O que, afinal, teria aprontado a má macaquinha da cartilha?*

A grande poeta Orides Fontela usou como epígrafe de um de seus livros de alta poesia (Helianto, 1973) esta popular quadrinha de cantiga de roda:

*“Menina, minha menina,
Faz favor de entrar na roda
Cante um verso bem bonito
Diga adeus e vá-se embora”*

Ou seja: brincando, brincando, eis a nossa vida resumida, em meio aos densos poemas de Orides, a nossa vida, em que cada um de nós se apresenta aos outros, busca dizer com capricho a que veio no tempinho que teve e...adeus. Podem soar fundo as palavras mais inocentes: “ir-se embora”, depois da viva roda... E ir-se embora sem saber mais nada daquele copo de veneno em cima do piano ou da macaquinha da cartilha, eternamente condenada a ser má. Ir-se embora já ouvindo bem ao longe as vozes das crianças cantando na roda.

* **parlenda:** palavreado utilizado em brincadeiras infantis ou jogos de memorização.

** **parequema:** repetição de sons ou da sílaba final de uma palavra, no início da palavra seguinte.

(Adaptado de: MACEDÔNIO, Faustino. **Casos de almanaque**, a publicar)

7. As “brincadeiras de criança”, anunciadas pelo título do texto, são depois especificadas como
- (A) jogos de palavras aparentemente sem sentido, mas que não tardam a revelar-se como formulações carregadas de claro ensinamento.
 - (B) construções verbais encantatórias, seja pelo mistério que encerram, seja pela utilidade ou animação das palavras de que se fazem.
 - (C) demonstrações da fértil imaginação infantil, que cria e elabora palavras nascidas de suas experiências lúdicas.
 - (D) práticas nascidas da fantasia adulta, criadas para entreter as crianças e remover delas os sentimentos do medo e da dúvida.
 - (E) criações linguísticas de caráter didático, cujo intuito essencial é estimular nas crianças o hábito da investigação científica.



8. O autor do texto afirma que
- (A) há nas parlendas a exploração de um sentido racional das palavras que somente mais tarde se revelará.
 - (B) o didatismo das cartilhas escolares se manifesta em fábulas simples que encerram ensinamentos morais.
 - (C) a sabedoria adquirida ao longo da vida não responde a dúvidas essenciais que remontam à infância.
 - (D) versos cantados em brincadeiras de roda servem aos sentimentos mais ingênuos e inconsequentes.
 - (E) há nas cantigas de roda um claro sentimento vivido na infância que se confirma na vida adulta.
-
9. Considerando o contexto, na frase *A gente vai ficando sabido e ignorando o essencial*, a relação entre os segmentos sublinhados deve ser assim entendida:
- (A) o saber progressivo é **causa** de uma ignorância essencial.
 - (B) ficar sabido é uma **condição** para eliminar os mistérios.
 - (C) adquirir sabedoria é **consequência** de desistir dos enigmas.
 - (D) à **proporção** que mais se sabe, menos se esclarecem as superstições.
 - (E) o saber progressivo é **concomitante** com o permanecer ignorando o que mais importa.
-
10. As flexões dos verbos e as relações entre seus tempos e modos estão adequadamente observadas na frase:
- (A) Caso não se mantivessem algumas tradições culturais, muitas das brincadeiras infantis teriam deixado de existir e de reviver em nossa memória.
 - (B) Ainda que não nos detêssemos muito nas palavras que cantávamos, elas nos remetesse a uma espécie de atmosfera mágica.
 - (C) Muitos de nós, leitores de cartilha, talvez supôssemos o que terá ocorrido para se considerar malvada uma tão simpática macaquinha.
 - (D) Se alguém vier para o meio da roda e se dispor a cantar, que nos presenteasse a todos com uns versos bem bonitos.
 - (E) No caso de houver interesse em cantar bonito na roda, bastaria que alguém se apresente e já dê início à canção memorizada.
-
11. A supressão da vírgula altera o sentido da seguinte frase:
- (A) Oportunamente, lembrarei com você algumas das parlendas da minha infância.
 - (B) Ao me lembrar das cantigas que entoávamos, sou tomado por alguma nostalgia.
 - (C) Nem todos iam ao meio da roda, ainda que nós insistíssemos muito.
 - (D) Gostávamos de recitar as parlendas, que nos pareciam carregadas de mistério.
 - (E) Talvez por timidez, ela jamais se oferecia para desfrutar do centro da roda.
-
12. Uma frase do texto ganha nova redação, sem prejuízo para seu sentido e correção gramatical, no seguinte caso:
- (A) *alguém separava as sílabas enquanto ia rodando* = As sílabas separavam-se a despeito de quem rodasse.
 - (B) *Tratava-se de uma "parlenda", como aprendi bem mais tarde* = Dizia-se ser uma parlenda que eu aprenderia muito depois.
 - (C) *Mesmo as nossas cartilhas de alfabetização tinham seus mistérios* = Até mesmo mistérios poderiam haver em nossas cartilhas de alfabetização.
 - (D) *eis a nossa vida resumida, em meio aos densos poemas de Orides* = eis nossa concisa existência por meio da profunda poesia de Orides.
 - (E) *busca dizer com capricho a que veio no tempinho que teve* = tenta expressar com apuro o que veio fazer no pequeno prazo que lhe foi concedido.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

13. O valor da expressão aritmética $7 \cdot (3 + 6) - 15 : 3 + 6$ é
- (A) 50.
- (B) 64.
- (C) 22.
- (D) 14.
- (E) 62.
-
14. Uma costureira realiza compras em uma loja que vende tecido, por metro, em rolos de mesma largura. Ela costuma comprar, por mês, 12 rolos de tecido com 30 metros de comprimento cada um. No último mês, ela comprou a mesma quantidade de tecido em rolos de 18 metros de comprimento cada um. O número de rolos comprados pela costureira no último mês foi de
- (A) 18.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 20.
- (E) 24.
-
15. Maria foi ao mercado e comprou 4 litros de leite e 300 g de queijo. Um litro de leite custa R\$ 3,40 e o quilo do queijo custa R\$ 60,00. Ela pagou essa compra com uma nota de R\$ 100,00. O troco que Maria recebeu foi, em R\$, de
- (A) 58,40.
- (B) 31,60.
- (C) 33,60.
- (D) 66,40.
- (E) 68,40.
-
16. Ana, Beatriz e Carolina são professora, médica e psicóloga, não necessariamente nessa ordem. Uma delas tem 3 filhos, outra tem 2 filhos e, por fim, uma não tem filhos. Sabe-se que Ana não tem 3 filhos nem é professora, Beatriz tem 2 filhos, Carolina não é médica e a médica tem filhos. As profissões de Ana e Beatriz são, respectivamente,
- (A) médica e professora.
- (B) psicóloga e professora.
- (C) psicóloga e médica.
- (D) médica e psicóloga.
- (E) professora e médica.



17. Um dado com as faces numeradas de 1 a 6 foi lançado cinco vezes e os números na face voltada para cima, em cada um dos lances, somaram 28. Sendo assim,
- (A) pelo menos três faces 6 foram observadas.
 - (B) uma face 4 foi observada.
 - (C) duas faces 5 foram observadas.
 - (D) exatamente quatro faces 6 foram observadas.
 - (E) no máximo três faces 6 foram observadas.

Ética no Serviço Público

18. De acordo com a Resolução nº 08/2017 do Órgão especial do TJ do Estado do Ceará (que aprova o Código de Ética e o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará e institui a Comissão Permanente de Ética e Disciplina), compete, entre outros afazeres, ao Presidente da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Poder Judiciário do Estado do Ceará,
- (A) designar secretário para apoiar as atividades da Comissão, podendo a indicação recair em um de seus membros; e, aos membros da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Poder Judiciário do Ceará, convocar reuniões.
 - (B) convocar e presidir reuniões; e, aos membros da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Poder Judiciário do Ceará, realizar a apuração de denúncias e representações, por meio de processo ético, sindicância ou processo administrativo disciplinar instaurado por autoridade competente, conforme o caso.
 - (C) orientar os trabalhos da Comissão e ordenar debates; e, aos membros da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Poder Judiciário do Ceará, designar secretário para apoiar as atividades da Comissão, podendo a indicação recair entre eles.
 - (D) realizar a apuração de denúncias e representações, por meio de processo ético, sindicância ou processo administrativo disciplinar instaurado por autoridade competente; e, aos membros da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Poder Judiciário do Ceará, convocar reuniões.
 - (E) produzir relatório preliminar, após o devido processo de apuração e submetê-lo à apreciação dos demais membros; e, aos membros da Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Poder Judiciário do Ceará, ordenar debates.
19. De acordo com o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do TJ do Estado do Ceará (aprovado pela Resolução nº 08/2017 do Órgão especial do TJ do Estado do Ceará – Anexo I), dentre outras condutas, ao servidor é VEDADO:
- (A) receber, para si ou para outrem, em ocasiões de festividade, brindes distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de propaganda.
 - (B) manter sob subordinação hierárquica, em cargo ou função de confiança, seu parente consanguíneo, na linha colateral, até o sexto grau.
 - (C) apresentar-se embriagado fora do ambiente de trabalho em situações que comprometam a imagem pessoal e, por via reflexa, a institucional.
 - (D) disseminar, no ambiente de trabalho, informações obtidas em razão de treinamento profissional, ainda que possam contribuir para a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais servidores.
 - (E) extrair, em qualquer hipótese, cópias de quaisquer documentos ainda não publicados, pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Ceará, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo.
20. De acordo com o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará (aprovado pela Resolução nº 08/2017 do Órgão especial do TJ do Estado do Ceará – Anexo II), a abertura de sindicância e a instauração de processo administrativo disciplinar decorrerá
- (A) de denúncia ou representação, sendo que, para fins do mencionado Regulamento, denúncia é uma peça escrita apresentada por particular, noticiando à administração a ocorrência de suposta irregularidade cometida por servidor, associada, ainda que indiretamente, ao exercício de cargo.
 - (B) apenas de representação que, para fins do mencionado Regulamento, é uma peça escrita apresentada por servidor, como cumprimento de dever legal, ao tomar conhecimento de suposta irregularidade cometida por servidor, associada, ainda que indiretamente, ao exercício de cargo.
 - (C) apenas de denúncia que, para fins do mencionado Regulamento, é uma peça escrita apresentada por particular, noticiando à administração a ocorrência de suposta irregularidade cometida por servidor, associada, ainda que indiretamente, ao exercício de cargo.
 - (D) de denúncia ou representação, sendo que, para fins do mencionado Regulamento, representação é uma peça escrita apresentada por servidor, como cumprimento de dever legal, ao tomar conhecimento de suposta irregularidade cometida por servidor, associada, apenas de forma direta, ao exercício de cargo.
 - (E) de denúncia ou representação, sendo que, para fins do mencionado Regulamento, denúncia é uma peça escrita apresentada por particular, noticiando à administração a ocorrência de suposta irregularidade cometida por servidor, associada, apenas de forma direta, ao exercício de cargo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 29, considere a Constituição Federal de 1988.

21. Fernando é membro do Tribunal de Contas de determinado Estado, Laura é Procuradora-Geral da República e Tadeu é contador. Supondo-se que Fernando e Laura tenham praticado infração penal comum e que Tadeu tenha praticado um crime contra a organização do trabalho, a competência para processar e julgar, originariamente, os crimes praticados por Fernando, Laura e Tadeu será, respectivamente, do
- (A) Superior Tribunal de Justiça (STJ); Supremo Tribunal Federal (STF); e Superior Tribunal de Justiça (STJ).
 - (B) Superior Tribunal Federal (STF); Superior Tribunal de Justiça (STJ); e juiz federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça (STJ); Supremo Tribunal Federal (STF); e Tribunal Regional Federal (TRF).
 - (D) Superior Tribunal de Justiça (STJ); Supremo Tribunal Federal (STF); e juiz federal.
 - (E) Supremo Tribunal Federal (STF); Supremo Tribunal Federal (STF); e Tribunal Regional Federal (TRF).
-
22. Jaime é parente consanguíneo em terceiro grau do Governador de determinado Estado e tem vontade de se candidatar à Prefeitura de sua cidade. Sabe-se ainda que Jaime é brasileiro nato, possui 35 anos, é analfabeto e encontra-se desempregado. Considerando apenas os dados fornecidos, Jaime
- (A) é inelegível, não podendo concorrer a nenhum cargo, mas poderá votar, pois para ele o alistamento e o voto são facultativos.
 - (B) poderá se candidatar ao cargo de prefeito, tendo em vista se tratar de jurisdição diversa da exercida por seu parente governador, e poderá, também, alistar-se como eleitor.
 - (C) não poderá se candidatar ao cargo de prefeito, pois são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, os parentes consanguíneos até o terceiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (D) é inelegível, não podendo concorrer a nenhum cargo, não podendo, também, se alistar como eleitor.
 - (E) poderá se candidatar ao cargo de prefeito, tendo em vista se tratar de jurisdição diversa da exercida por seu parente governador, mas não poderá se alistar como eleitor.
-
23. Klaus, estrangeiro, de nacionalidade originária alemã, é jurista muito famoso e, morando em nosso País há alguns anos, deseja se naturalizar brasileiro com a finalidade de se tornar Ministro do Supremo Tribunal Federal. Considerando apenas as informações fornecidas, esse cargo por Klaus almejado
- (A) poderá ser por ele exercido, desde que adquira a nacionalidade brasileira, na forma da lei, exigidas apenas a residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - (B) é privativo de brasileiro nato, não sendo possível, portanto, para ele, exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, ainda que ele se naturalize brasileiro.
 - (C) poderá ser por ele exercido, desde que adquira a nacionalidade brasileira, na forma da lei, e esteja residindo no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos.
 - (D) é privativo de brasileiro nato, sendo possível exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, apenas se tiver perdido sua nacionalidade originária por sentença judicial transitada em julgado.
 - (E) poderá ser por ele exercido, em razão de não existir distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
-
24. O projeto de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, aprovado pela Casa iniciadora e emendado pela Casa revisora,
- (A) será enviado imediatamente após a conclusão da votação pela Casa revisora, qual seja, a Câmara dos Deputados, ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.
 - (B) voltará à Casa iniciadora, qual seja, o Senado Federal, que após a conclusão da votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.
 - (C) voltará à Casa iniciadora, que poderá ser a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, dependendo de onde tiver sido iniciado e, após a conclusão da votação, enviará o projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.
 - (D) voltará à Casa iniciadora, qual seja, a Câmara dos Deputados que, após a conclusão da votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.
 - (E) será enviado imediatamente após a conclusão da votação pela Casa revisora, qual seja, o Senado Federal, ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.



25. Considere:

- I. seguridade social.
- II. registros públicos.
- III. previdência social, proteção e defesa da saúde.
- IV. desapropriação.

A competência para legislar sobre os itens I a IV é:

- (A) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, em todos os casos.
- (B) I. privativa da União; II. concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal; III. concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal; IV. privativa da União, respectivamente.
- (C) I. concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal; II. privativa da União; III. concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal; IV. privativa da União, respectivamente.
- (D) privativa da União, em todos os casos.
- (E) I. privativa da União; II. privativa da União; III. concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal; IV. privativa da União, respectivamente.

26. Considere:

- I. José é Vice-Presidente da República.
- II. João é Presidente do Senado Federal.
- III. Maria é Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Florência é Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com as informações fornecidas, participam como membros natos do Conselho de Defesa Nacional, dentre as pessoas acima apontadas, APENAS

- (A) José e João.
- (B) José, João e Maria.
- (C) João, Maria e Florência.
- (D) Maria e Florência.
- (E) José, Maria e Florência.

27. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral

- (A) de Justiça e abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- (B) da República, sendo que sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) de Justiça, nomeado pelo Presidente da República, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.
- (D) da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- (E) da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre os membros do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos dos Estados, da magistratura ou da advocacia, que exerçam suas carreiras jurídicas há pelo menos dez anos, comprovada a idoneidade moral.

28. O partido político "X", sem representação no Congresso Nacional,

- (A) poderá propor ação declaratória de constitucionalidade e também, quando cabível, impetrar mandado de segurança coletivo.
- (B) não poderá propor ação direta de inconstitucionalidade, mas poderá, quando cabível, impetrar mandado de segurança coletivo.
- (C) não poderá propor ação direta de inconstitucionalidade nem impetrar mandado de segurança coletivo.
- (D) não poderá propor ação declaratória de constitucionalidade, mas poderá, quando cabível, impetrar mandado de segurança coletivo.
- (E) poderá propor ação direta de inconstitucionalidade, mas não poderá, quando cabível, impetrar mandado de segurança coletivo.

29. Claudio, brasileiro residente no Brasil, é único herdeiro de um bem imóvel, situado no território nacional, deixado pelo seu pai, que era japonês e faleceu solteiro no Japão. Considerando apenas as informações fornecidas, essa sucessão será regulada

- (A) sempre pela lei brasileira, tendo em vista que o herdeiro Claudio reside no Brasil.
- (B) sempre pela lei japonesa, tendo em vista tratar-se de bem deixado por estrangeiro falecido no exterior.
- (C) sempre pela lei brasileira, tendo em vista que o bem encontra-se situado em território nacional.
- (D) pela lei brasileira ou japonesa, a critério unicamente de Claudio.
- (E) pela lei japonesa, apenas se essa for mais favorável para Claudio.

**Direito Administrativo**

30. Suponha que uma empresa pública, que tenha como objeto social atividades de tecnologia da informação, pretenda contratar operação de crédito com instituição financeira privada e, para tanto, tenha ofertado em garantia de pagamento imóveis de sua propriedade que abrigavam escritórios regionais, atualmente desativados. Nesse contexto, referidos imóveis foram alienados fiduciariamente às instituições financeiras, outorgando-se às mesmas a prerrogativa de executar a garantia na hipótese de inadimplemento do financiamento. Referido negócio jurídico afigura-se
- (A) nulo, eis que, por se tratar de bens de propriedade de pessoa jurídica de direito público, sobre os mesmos incide a prerrogativa de impenhorabilidade.
 - (B) anulável, caso não tenha havido a desafetação dos imóveis mediante ato do Chefe do Executivo, de molde a transmutar a natureza dos mesmos para bem dominical.
 - (C) nulo, eis que, em se tratando de bem público de natureza especial, a transferência de propriedade depende de prévia autorização legislativa.
 - (D) lícito, eis que condizente com o regime jurídico da empresa pública que atua em regime de competição no mercado, não havendo impenhorabilidade ou inalienabilidade de seus bens.
 - (E) lícito, pois, embora sejam de titularidade de pessoa jurídica de direito público, tais bens apenas estariam protegidos pela impenhorabilidade, caso se tratasse de empresa prestadora de serviço público.
-
31. Suponha que uma empresa concessionária de serviços públicos de saneamento esteja sendo demandada judicialmente por moradores que sofreram danos em seus imóveis em razão do rompimento de uma rede coletora de esgotos. Em sua defesa, a concessionária alegou que, não obstante a comprovação dos danos e da sua correlação com o rompimento, não restou provada a ocorrência de dolo ou culpa, o que afastaria sua responsabilização civil. Referida alegação afigura-se
- (A) improcedente, eis que a responsabilidade civil da concessionária é objetiva, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa de seus agentes, havendo, ainda, responsabilidade subsidiária do poder concedente pelos danos causados a particulares.
 - (B) procedente, pois apenas entidades da Administração direta e indireta possuem responsabilidade extracontratual de natureza objetiva, cuja incidência somente é afastada nas hipóteses de caso fortuito ou força maior.
 - (C) procedente, pois a responsabilidade pelos danos causados a particulares em razão da prestação de serviços públicos concedidos somente é imputável à concessionária caso comprovada falha na prestação dos serviços.
 - (D) improcedente, pois, embora a responsabilidade da concessionária não seja de natureza objetiva, cabe a ela comprovar a ausência de culpa, a qual sempre é presumida quando presente o nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano ao particular.
 - (E) procedente, pois a responsabilidade da concessionária por danos causados a particulares em decorrência da prestação dos serviços concedidos é subsidiária à do poder concedente, esta sim objetiva e decorrente da presumida falha de fiscalização.
-
32. Considere que determinado ato administrativo, de caráter discricionário, tenha sido praticado com base em razões de fato e de direito consignadas na exposição de motivos que acompanhou a sua edição. Ocorre que, posteriormente, verificou-se a falsidade de todos os aspectos fáticos consignados pela autoridade prolatora. Diante de tal contexto, o ato em questão
- (A) deverá ser revogado pela própria Administração, no exercício da autotutela, vedada a apreciação judicial dos motivos determinantes para sua edição.
 - (B) é passível de anulação judicial, por vício de motivo, que não se confunde com o exame do mérito do ato, este que é vedado ao Poder Judiciário.
 - (C) poderá ser anulado, a critério da autoridade prolatora, ou convalidado pela autoridade hierarquicamente superior, mantendo-se apenas a sua motivação jurídica.
 - (D) é passível de revogação, em sede administrativa ou judicial, por ausência das razões de conveniência e oportunidade necessárias para justificar sua edição.
 - (E) é nulo, por desvio de finalidade, sendo obrigatória a revogação pela própria Administração no exercício da autotutela, sob pena de adoção de tal providência em sede judicial.
-
33. O exercício do poder de polícia pela Administração, no âmbito da atividade de polícia administrativa,
- (A) não admite delegação de nenhum de seus aspectos, devendo ser executado diretamente pelo ente federado titular da respectiva competência.
 - (B) não contempla medidas de coercibilidade, admitindo apenas meios de execução indireta, como aplicação de multas.
 - (C) constitui atuação vinculada, sem qualquer discricionariedade por parte do agente público.
 - (D) é dotado do atributo da exigibilidade, que autoriza a Administração a tomar decisões executórias sem prévia submissão ao Poder Judiciário.
 - (E) é dotado de imperatividade e autoexecutoriedade, o que autoriza a adoção de força pública para seu cumprimento e a execução administrativa das multas aplicadas.



34. De acordo com a atual disciplina legal relativa ao sancionamento de atos de improbidade administrativa, prevista na Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021,
- (A) em regra, apenas condutas dolosas são passíveis de tipificação como ato de improbidade, prevendo-se a modalidade culposa apenas para atos que causem prejuízo ao erário em razão de imprudência no exercício de atividade econômica.
 - (B) as sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa estão sujeitas à prescrição, salvo em havendo comprovação de enriquecimento ilícito do agente público.
 - (C) são sujeitos passivos de atos de improbidade as pessoas jurídicas integrantes da Administração direta e indireta, não configurando ato de improbidade condutas que causem prejuízo a entidades privadas subvencionadas pelo Poder Público.
 - (D) apenas agentes públicos podem ser apenados por atos de improbidade administrativa, ficando os agentes privados que se beneficiaram do ato improprio sujeitos tão somente à devolução dos valores indevidamente auferidos e às penas previstas na legislação específica.
 - (E) admite-se a celebração de acordo de não persecução civil, desde que dele advenha o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
-
35. Entre as inovações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021, relativamente ao regime jurídico de licitações e contratações públicas, destaca-se o denominado diálogo competitivo, que constitui
- (A) um dos procedimentos auxiliares à licitação, adotado previamente à instauração do certame para possibilitar a delimitação do objeto a ser licitado quando a Administração não detenha condições de apresentar sua correta especificação técnica.
 - (B) modalidade licitatória que contempla uma fase de diálogo com os potenciais interessados, após a publicação do edital, na qual são apresentadas soluções técnicas para atender às necessidades da Administração.
 - (C) princípio aplicável a todas as modalidades licitatórias, voltado à escolha da melhor proposta do ponto de vista técnico e econômico, afastando, assim, o anterior paradigma de sigilo, em prol da ampla competitividade e transparência.
 - (D) fase introduzida na modalidade concorrência, posterior à apresentação das propostas, na qual, juntamente com os lances para redução do preço ofertado, são também apresentados possíveis ajustes na especificação técnica do objeto visando sua melhor execução.
 - (E) procedimento licitatório aplicável a projetos de infraestrutura contratados nas modalidades concessão administrativa e concessão patrocinada, que contempla proposta de manifestação de interesse dos potenciais licitantes, voltadas à definição de aspectos específicos da contratação, entre os quais a matriz de riscos.
-
36. Em uma licitação instaurada na modalidade Regime Diferenciado de Contratação – RDC, regida pela Lei nº 12.462/2011, o orçamento previamente estimado para contratação
- (A) constará, obrigatoriamente, como anexo ao edital, devendo os licitantes formular suas propostas contemplando os valores ofertados para cada item individualizado.
 - (B) deverá ser individualizado por quantitativos dos insumos aplicados, vedada estimativa global, salvo se adotada a modalidade contratação integrada.
 - (C) não poderá ser disponibilizado aos licitantes, devendo se tornar público apenas após o encerramento da licitação, sem prejuízo da permanente disponibilização aos órgãos de controle.
 - (D) não poderá se basear, exclusivamente, em tabelas e bancos de dados oficiais, devendo considerar pesquisa de mercado com valores efetivamente praticados nos últimos 180 dias.
 - (E) deverá ser disponibilizado aos licitantes após a publicação do edital, para mera consulta, não constituindo referencial obrigatório para a formação das propostas, mas apenas para aferição de sua exequibilidade.
-
37. Suponha que, como resultado dos debates da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, tenham sido ofertados recursos de organismos internacionais para aplicação em projetos de recuperação ambiental em diferentes Municípios, os quais resolveram, então, formar um consórcio público. De acordo com o que dispõe a legislação de regência, Lei nº 11.107/2005 e suas alterações, a participação da União no referido consórcio afigura-se
- (A) obrigatória, exclusivamente em razão da previsão de recebimento de recursos financeiros externos.
 - (B) possível, desde que também façam parte do consórcio todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
 - (C) obrigatória, caso haja também Estados consorciados, pois a formação de consórcios entre diferentes entes federados atrai a necessidade de participação da União independentemente do objeto.
 - (D) opcional, mas, caso ocorra, torna o consórcio necessariamente de natureza pública, vedada a constituição sob a forma de associação privada.
 - (E) possível, mediante anuência da totalidade dos consorciados, vedada porém a celebração de contrato de rateio, por configurar transferência indireta de receitas entre entes.

**Direito Civil**

38. Mário recebeu dinheiro de Liliana a título de empréstimo e, como garantia de restituição, alienou-lhe fiduciariamente um trator. De acordo com o Código Civil,
- (A) Mário poderá, independentemente de anuência de Liliana, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, antes ou após o vencimento desta.
 - (B) com a constituição da propriedade fiduciária, deu-se o desdobramento da posse, tornando-se Mário possuidor indireto da coisa.
 - (C) se a dívida não for paga no prazo, Liliana ficará obrigada a vender o trator a terceiros, e, se o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, Mário continuará obrigado pelo restante.
 - (D) enquanto não vencida a dívida, Mário não poderá usar a coisa, obrigando-se, como depositário, à sua guarda e conservação.
 - (E) Mário poderá, no ato da constituição da garantia, autorizar Liliana a ficar com o trator, caso a dívida não seja paga no vencimento.
-
39. A usucapião
- (A) tem como pressuposto a boa-fé.
 - (B) transfere a propriedade pelo registro da sentença no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (C) pode recair sobre os bens públicos dominicais.
 - (D) é julgada por sentença de natureza constitutiva da propriedade.
 - (E) não ocorre entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
-
40. A cédula de crédito bancário
- (A) não admite endosso.
 - (B) é título de crédito emitido exclusivamente por pessoa jurídica em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
 - (C) depende de registro para que tenha validade e eficácia entre as partes.
 - (D) não é título executivo, por lhe faltar liquidez.
 - (E) é título executivo extrajudicial cuja liquidez pode ser atestada por mero cálculo do credor, ainda que o débito decorra de contrato de abertura de crédito em conta corrente.
-
41. Depois de um acidente de trânsito, Ricardo se submeteu a uma cirurgia de emergência com a cirurgiã Fernanda, que amputou sua perna, a fim de salvar sua vida. Ricardo, porém, julgou que a medida não era necessária e ajuizou ação de compensação por danos morais contra Fernanda, que possui, em tese, responsabilidade
- (A) subjetiva, regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, que exige verificação de culpa para responsabilização dos profissionais liberais.
 - (B) objetiva, regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a verificação de culpa e de nexo de causalidade para responsabilização dos profissionais liberais.
 - (C) objetiva, regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a verificação de culpa, mas não de nexo de causalidade, para responsabilização dos profissionais liberais.
 - (D) subjetiva, regulada pelo Código Civil, que dispensa a verificação de culpa para responsabilização dos profissionais que exercem atividade de risco.
 - (E) objetiva, regulada pelo Código Civil, que dispensa a verificação de culpa ou de nexo de causalidade para responsabilização dos profissionais que exercem atividade de risco.
-
42. O mútuo destinado a fins econômicos é contrato
- (A) consensual e presumivelmente gratuito que obriga a transferência da coisa ao mutuário, que responde pelos riscos de seu perecimento a partir do momento em que há o acordo de vontades.
 - (B) real e presumivelmente oneroso que transfere o domínio da coisa ao mutuário, que responde pelos riscos de seu perecimento a partir da tradição.
 - (C) consensual e presumivelmente gratuito que obriga a transferência da coisa ao mutuário, que responde pelos riscos de seu perecimento a partir da tradição.
 - (D) consensual e presumivelmente oneroso que transfere o domínio da coisa ao mutuário, que responde pelos riscos de seu perecimento a partir da tradição.
 - (E) real e presumivelmente gratuito que obriga a transferência da coisa ao mutuário, que responde pelos riscos de seu perecimento a partir do momento em que há o acordo de vontades.



43. No regime da comunhão parcial de bens, podem os cônjuges, independentemente de autorização do outro,
- (A) prestar fiança ou aval.
 - (B) alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis recebidos em doação.
 - (C) comprar, desde que à vista, as coisas necessárias à economia doméstica.
 - (D) obter, por empréstimo, as quantias necessárias à economia doméstica.
 - (E) pleitear, como autor ou réu, acerca de ônus reais incidentes sobre bens imóveis.
-
44. A prescrição
- (A) não admite renúncia, expressa ou tácita.
 - (B) pode ser renunciada apenas expressamente, antes ou depois de se consumir.
 - (C) pode ser renunciada expressa ou tacitamente, mas apenas depois de se consumir.
 - (D) pode ser interrompida apenas uma vez, não aproveitando a outros credores, ainda que solidários.
 - (E) não pode ser interrompida.
-
45. Gláucia tem três filhos e dois netos. Caso necessite de alimentos,
- (A) os filhos responderão em primeiro lugar, solidariamente e em partes iguais.
 - (B) filhos e netos responderão solidariamente, em partes iguais.
 - (C) os filhos responderão em primeiro lugar, concorrendo na proporção dos respectivos recursos.
 - (D) os netos não poderão ser chamados a responder, ainda que os filhos não estejam em condições de suportarem totalmente o encargo.
 - (E) filhos e netos responderão solidariamente, mas concorrendo apenas na proporção dos respectivos recursos.
-
46. Considere as proposições abaixo.
- I. O devedor responderá pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior se expressamente houver por eles se responsabilizado.
 - II. As instituições financeiras estão sujeitas à teoria do risco integral, respondendo objetivamente por danos gerados por fortuito interno ou externo.
 - III. O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação ainda que esta resulte de caso fortuito ou força maior, caso ocorram durante o atraso e não se prove isenção de culpa ou que o dano haveria sobrevindo mesmo que a obrigação houvesse sido oportunamente desempenhada.
 - IV. O comodatário responde pelo dano decorrente de caso fortuito ou força maior se, correndo risco o objeto do comodato, abandoná-lo a fim de salvar objetos que sejam seus.
- Acerca do caso fortuito ou força maior, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.
-

Direito Processual Civil

47. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, nos Juizados Especiais Cíveis,
- (A) o processo será extinto com resolução de mérito se o autor deixar de comparecer à audiência de instrução e julgamento.
 - (B) podem ser cumpridos os julgados do Juízo Comum que não excedam 40 salários mínimos.
 - (C) a parte que houver optado pelo procedimento renuncia ao crédito que exceda 40 salários mínimos, inclusive na hipótese de conciliação.
 - (D) pode o réu, na mesma peça ou em apartado à contestação, apresentar reconvenção, desde que fundada nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
 - (E) se o réu não comparecer à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, serão reputados verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.
-
48. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação monitória
- (A) permite a oposição de embargos, pelo réu, desde que garantido o juízo.
 - (B) não pode ser proposta contra a Fazenda Pública.
 - (C) destina-se exclusivamente à pretensão de receber pagamento de quantia em dinheiro.
 - (D) admite reconvenção.
 - (E) deve ser instruída com prova documental com eficácia de título executivo.
-



49. De acordo com o Código de Processo Civil, os embargos de terceiro
- (A) são oponíveis apenas no cumprimento de sentença e na execução.
 - (B) podem ser opostos pelo possuidor ou pelo proprietário, inclusive fiduciário.
 - (C) são distribuídos livremente.
 - (D) podem ser contestados no prazo máximo de cinco dias.
 - (E) são oponíveis a qualquer tempo no processo de conhecimento, até a prolação da sentença, assim como no seu cumprimento e no processo de execução.
-
50. De acordo com o Código de Processo Civil, a confissão judicial
- (A) do cônjuge, nas ações que versarem sobre bens imóveis, só valerá se tiver havido também a do outro, independentemente do regime de bens.
 - (B) não pode ser provocada.
 - (C) é irrevogável, mas será ineficaz se feita por quem não era capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
 - (D) faz prova contra os confitentes e prejudica os litisconsortes.
 - (E) é, em regra, divisível, podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável.
-
51. De acordo com o Código de Processo Civil, verificada ausência de legitimidade ou interesse processual, o juiz
- (A) conhecerá a questão de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.
 - (B) intimará as partes para que se manifestem, no prazo de quinze dias, e extinguirá o processo apenas se tiver havido pedido nesse sentido.
 - (C) intimará as partes para que se manifestem, no prazo de cinco dias, e extinguirá o processo apenas se tiver havido pedido nesse sentido.
 - (D) conhecerá a questão de ofício, desde que ainda não tenha sido proferida sentença.
 - (E) conhecerá a questão de ofício, desde que o processo ainda não tenha sido saneado.
-
52. Contra a decisão que indefere tutela provisória de urgência é cabível agravo de instrumento, que
- (A) será interposto perante o juízo prolator da decisão, que o deverá encaminhar ao tribunal para que lá se realize juízo de admissibilidade do recurso.
 - (B) será interposto perante o juízo prolator da decisão, a quem caberá receber o recurso e encaminhá-lo ao tribunal.
 - (C) será julgado independentemente de prévia intimação do agravado.
 - (D) pode receber efeito suspensivo, com o deferimento parcial ou total da tutela recursal.
 - (E) somente poderá receber efeito suspensivo se este não implicar deferimento parcial ou total da tutela recursal.
-
53. Alcides reside em Fortaleza mas possui imóvel em Juazeiro do Norte, que foi invadido por terceiro. Para se ver reintegrado na posse, deverá ajuizar ação na Comarca
- (A) de Juazeiro do Norte, que possui competência absoluta para julgamento do processo.
 - (B) de Fortaleza, que possui competência absoluta para julgamento do processo.
 - (C) de Juazeiro do Norte ou Fortaleza, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.
 - (D) do domicílio do réu, ainda que não se trate de Fortaleza ou de Juazeiro do Norte, tratando-se de hipótese de competência absoluta.
 - (E) de Juazeiro do Norte ou do domicílio do Réu, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.
-
54. Analise as proposições abaixo.
- I. Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação de certidão da admissão da execução.
 - II. Os bens inalienáveis são impenhoráveis, mas, à falta de outros bens, admite-se que se penhorem seus frutos e rendimentos.
 - III. Os honorários advocatícios não serão devidos, na execução por quantia certa, se não houver oposição de embargos à execução.
 - IV. A impenhorabilidade, quando decorrente da inalienabilidade, pode ser oposta à execução de dívida relativa ao próprio bem.
- Acerca da execução por quantia certa, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e II.

**Direito Penal**

55. A doutrina majoritária considera que o tipo penal possui uma parte objetiva e outra subjetiva. Considerando-se o dolo como o tipo subjetivo e à luz do artigo 18 do Código Penal,
- (A) majoritariamente a doutrina considera que dolo direto de segundo grau equivale ao dolo eventual em sua porção mais débil, decorrendo um do outro nos casos em que o resultado tenha ocorrido.
 - (B) o dolo eventual pressupõe que todos os resultados que não sejam primários pertençam a esta categoria, sendo impossível a configuração de um dolo direto de segundo grau.
 - (C) as teorias sobre o dolo necessariamente devem conter os aspectos cognitivo e volitivo e há espaço para a conceituação de dolo em subdivisões de primeiro e segundo grau.
 - (D) dolo direto de primeiro grau e dolo eventual possuem previsão legal, sendo que o primeiro exige conhecimento e vontade e o segundo apenas o conhecimento potencial da situação fática.
 - (E) dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau possuem uma maior reprovação do caso concreto e não admitem uma redução da pena, ao contrário do dolo eventual que possui uma causa de redução de um a dois terços.
-
56. Um motorista em condução de seu veículo por uma via pública de forma imprudente acaba por atropelar um transeunte, que vem a óbito. No momento do acidente, o motorista não parou para prestar socorro. Durante o processo penal ficou demonstrado que a vítima do atropelamento sofreu morte imediata tão logo arremessada ao solo em razão do impacto que recebeu do veículo. Diante dos fatos narrados, a imputação ao condutor do veículo será de crime de
- (A) homicídio culposo em concurso material com o crime de omissão de socorro.
 - (B) lesão corporal culposa seguida de morte, aumentada pela omissão de socorro.
 - (C) homicídio culposo, sem o aumento de pena pelo fato de ter havido morte instantânea da vítima.
 - (D) homicídio por dolo eventual, em razão da omissão de socorro.
 - (E) homicídio culposo, com a pena aumentada pela omissão de socorro.
-
57. Considera-se o crime como consumado “quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal” (art. 14, I do CP). Com base no texto legal e na tipicidade do crime de roubo que exige a subtração da coisa móvel “para si ou para outrem”, o crime de roubo:
- (A) consuma-se apenas quando o roubador possui a posse mansa e pacífica, porquanto somente neste momento estará presente o elemento do tipo “para si”.
 - (B) consuma-se já no momento em que a coisa é retirada da vítima, mesmo que o roubador não tenha tido tempo de utilizar a coisa como se fosse sua.
 - (C) não se consuma no momento da retirada, mas em momento seguinte no qual a vítima não mais mantém a vigilância sobre a coisa.
 - (D) tem sua consumação antecipada e se consuma quando a ameaça é praticada, por ter elementos como violência e grave ameaça.
 - (E) consuma-se quando o roubador tenha praticado algum ato que demonstre indubitavelmente que exerce a posse e a propriedade da coisa.
-
58. Com relação ao trabalho durante a execução da pena em regime fechado, o condenado
- (A) não poderá exercê-lo fora do estabelecimento, até cumprir metade da pena.
 - (B) apenas poderá exercê-lo dentro do estabelecimento penal.
 - (C) poderá exercê-lo fora do estabelecimento, mas apenas em serviços ou obras públicas.
 - (D) poderá exercê-lo fora do estabelecimento, em serviços ou obras públicas ou em entidades privadas.
 - (E) apenas poderá exercê-lo dentro do estabelecimento penal, após o cumprimento de 1/6 da pena.
-
59. Um brasileiro, em visita ao Paraguai para assistir a uma partida de futebol de seu time, envolve-se em uma confusão entre torcidas. Ainda no país vizinho, o brasileiro é atingido por dois disparos de arma de fogo ocasionados por um paraguaio, o que lhe produz ferimentos graves. Como estava perto da ponte da amizade, o brasileiro é socorrido em um hospital no lado brasileiro, onde permanece por algumas semanas em risco de vida, mas acaba se recuperando e não vem a óbito. O paraguaio nunca entrou em território brasileiro. Diante dos fatos narrados, a lei penal brasileira
- (A) é aplicável ao caso.
 - (B) não é aplicável ao caso, pois os disparos ocorreram no Paraguai.
 - (C) não é aplicável ao caso, pois o paraguaio jamais entrou em território brasileiro.
 - (D) é aplicável ao caso, pois o resultado deveria ter acontecido no Brasil.
 - (E) é aplicável ao caso, pois crimes cometidos em região de fronteira são abarcados pela jurisdição nacional.



60. "Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (...)".
- O artigo 28 da Lei antidrogas (Lei nº 11.343/2006):
- (A) é considerado como crime.
 - (B) por não possuir pena de prisão, deve ser considerado como contravenção.
 - (C) possui previsão de pena alternativa, que em caso de descumprimento pode ser convertida em prisão pelo tempo da alternativa.
 - (D) pela natureza de crime, não admite transação penal.
 - (E) permite a aplicação de pena de tratamento médico compulsório.
-
61. Sobre os crimes contra a dignidade sexual:
- (A) O crime de atentado violento ao pudor pressupõe representação da vítima, que pode ser suprida pelos responsáveis em caso de menoridade.
 - (B) A violação sexual mediante fraude consiste em seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.
 - (C) O crime de estupro, previsto no artigo 213, admite tentativa.
 - (D) Configura crime de assédio sexual constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual mediante ameaça.
 - (E) A conduta de montar uma fotografia com o fim de incluir pessoa em cena de nudez não configura crime.
-
62. A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória
- (A) pode ter como termo inicial prazo anterior à denúncia.
 - (B) regula-se pela pena máxima do delito.
 - (C) regula-se pela pena da sentença, desconsiderando-se a reincidência.
 - (D) considera o total da pena aplicada na sentença, inclusive com a causa de aumento do crime continuado.
 - (E) sofre aumento de um terço se o réu for reincidente.
-
63. Sobre a pena de multa, é correto afirmar que
- (A) deverá ser calculada após a recuperação do réu, se prevista em abstrato como pena cumulada com a de prisão, em caso de reconhecimento da inimputabilidade na sentença.
 - (B) consiste no pagamento ao fundo judiciário ou à vítima do delito de certa quantia fixada na sentença, atualizada, em caso de execução, pelos índices de correção monetária.
 - (C) deve ser paga dentro do prazo de 10 dias da publicação da sentença, permitido o pagamento em parcelas a pedido do condenado.
 - (D) poderá ser descontada do vencimento ou salário do condenado quando aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade, nos limites mínimo de um décimo e máximo da quarta parte da remuneração.
 - (E) a quantia fixada será de, no mínimo, 10 e, no máximo, 360 dias-multa, entre um trigésimo do maior salário mínimo vigente e 5 vezes esse salário, valor total que poderá ser aumentado até o décuplo diante da situação econômica do condenado.

Direito Processual Penal

64. Com relação ao sorteio e convocação de jurados no Tribunal do Júri,
- (A) os jurados são indicados pelas partes, até o número de sete, podendo, no entanto, serem recusados três de cada pelo juiz.
 - (B) o sorteio dos jurados ocorre de forma secreta, em sala própria, para preservar a intimidade e segurança dos cidadãos que comporão o conselho de sentença.
 - (C) toda vez que uma das partes deixar de comparecer, a audiência de sorteio deverá ser adiada para a próxima data possível na agenda do magistrado.
 - (D) é obrigatória a paridade de gênero entre jurados para composição do conselho de sentença.
 - (E) o jurado não sorteado poderá ter o seu nome novamente incluído para as reuniões futuras.



65. O recurso em sentido estrito
- (A) é cabível em face de decisão que não recebe a denúncia e possibilita juízo de retratação pelo juiz de primeiro grau.
 - (B) demanda a comprovação de repercussão geral na petição de interposição.
 - (C) deve ser interposto no prazo de 15 dias, observado o prazo em dobro do Ministério Público e da Defensoria Pública.
 - (D) é cabível após o trânsito em julgado se a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.
 - (E) é processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, sempre que interposto em face de decisão que decidir sobre unificação de penas na execução penal.
-
66. A denúncia será rejeitada quando
- (A) incabível a prisão preventiva do acusado.
 - (B) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
 - (C) o acusado não constituir advogado e for citado por hora certa.
 - (D) existente causa que exclua a ilicitude do fato.
 - (E) determinada a quebra da fiança.
-
67. A prisão temporária
- (A) é cabível nos crimes punidos com reclusão desde que recebida a denúncia pelo juiz competente.
 - (B) deve durar o tempo necessário para a correta investigação, sem prazo determinado, mas deve observar a proporcionalidade.
 - (C) é cabível em caso de roubo e o seu mandado deve conter o dia em que o preso deverá ser libertado.
 - (D) deve ter sua necessidade revista a cada noventa dias pelo juiz competente.
 - (E) em caso de crime de furto deve ser objeto de representação da autoridade policial ou do Ministério Público.
-
68. A suspensão condicional do processo
- (A) é cabível em condenações de até dois anos de privação de liberdade ou multa.
 - (B) será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.
 - (C) pode ser concedida após o cumprimento de um sexto da pena em substituição à pena privativa de liberdade.
 - (D) submete o acusado a período de prova equivalente à metade da pena mínima prevista para o delito pelo qual está sendo processado.
 - (E) poderá ser proposta pelo Ministério Público mediante aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas.
-
69. A progressão de regime de cumprimento de pena
- (A) pode ocorrer, do regime fechado diretamente para o aberto, se o condenado ostentar ótimo comportamento prisional.
 - (B) é vedada para autores de crimes hediondos ou equiparados.
 - (C) pode ser concedida, após 1/8 de cumprimento de pena, presentes os demais requisitos, em caso de mulher gestante.
 - (D) não pode ser concedida para o regime aberto, para reincidente em crime doloso.
 - (E) é concedida por decreto presidencial em data próxima ao Natal.
-
70. O exame de corpo de delito
- (A) deve ser realizado com prioridade, em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.
 - (B) não pode ser realizado por meio de carta precatória, pois é diligência exclusiva do juízo competente para a causa.
 - (C) deve ser realizado quando houver vestígio na pessoa, sendo vedado em objetos.
 - (D) prescinde de perito oficial portador de diploma de curso superior, ao contrário das demais perícias.
 - (E) produz um laudo ao qual o juiz fica adstrito em razão de não possuir o conhecimento técnico sobre a prova.